

# Sarney quer voltar a

Mostrando-se ressentido com as críticas à sua falta de comando, Sarney avisa aos ministros

Quinta-feira, 7-5-87 — O ESTADO DE S. PAULO

## ser presidente

que quer mandar e até faz uma ameaça a certos grupos do PMDB

Ao contrário de seu estilo conciliador e ameno, o presidente José Sarney está mesmo bravo e disposto a retomar os controles do processo administrativo e político. Esta semana, mandou circular reservada a todos os ministros, proibindo-os de anunciar planos ou iniciativas de governo sem sua expressa autorização.

Está o presidente ressentido com as críticas de que perdeu o pulso, na administração, de que não governa e de que cada ministro faz o que bem quer, sem coordenar-se nem prestar contas ao Palácio do Planalto. Desagrada-lhe, também, a publicação desordenada de iniciativas de governo que, não raro, são apenas anunciadas em clima de festa, mas sofrem logo solução de continuidade e são abandonadas.

A partir de agora, pela circular reservada de Sarney, e recebida por telex em todos os gabinetes ministeriais, não apenas as obras e projetos novos dependerão de sua autorização — decisão que já existia, mas o próprio anúncio deles à opinião pública dependerá de sua decisão. Em muitos casos, para o presidente, será preferível não anunciar intenções, mas desenvolver os projetos possíveis reservadamente, para, depois de garantidos e impulsionados, ganharem a imprensa.

Há quem veja nessa singular comunicação mais do que uma medida acautelatória de um governo acuado e posto na defensiva. Poderia haver, no telex presidencial, um recado sibilino aos novos ministros Bresser Pereira, da Fazenda, e Aníbal Teixeira, do Planejamento, que, conforme comentários colhidos nos corredores palacianos, estariam falando demais. Causou consequências desastrosas o anúncio, por Bresser Pereira, de que vem af um novo pacote econômico, contendo um outro choque heterodoxo e congelando preços e salários. Da semana passada até hoje, os preços de centenas de gêneros e produtos subiram desmesuradamente, por conta do choque futuro. O efeito foi sentido por Sarney, que não gostou, podendo ter advindo daí a sua circular reservada.

O ministro Ronaldo Costa Couto, novo inquilino do Gabinete Civil, será encarregado de zelar pelo cumprimento das mais novas determinações presidenciais. Conforme auxiliares de Sarney, essa disposição não significa desestímulo ao trabalho do Ministério, nem veto a iniciativas novas, quando efetivamente necessárias e possíveis. Há, apenas, a preocupação de ordenar a balbúrdia, porque se alguma coisa é anunciada e, depois, não prossegue, os ônus sempre recaem sobre a figura do presidente, responsável maior por tudo. É ele, afinal, quem passará à História, em proporções muito superiores às de seus ministros.

Mas tem mais. No plano político, Sarney continua de espada desembainhada na questão da fixação de seu mandato. Jamais disse uma palavra, pública ou privada, a respeito de pretender ficar no poder por seis, cinco ou quatro anos. Entende que essa decisão caberá à Assembléia Nacional Constituinte, como vem declarando desde que assumiu. E até tem atuado para que, no mais breve prazo possível, a decisão política dos constituintes seja conhecida, mesmo ficando a decisão jurídica para o segundo semestre, quando a Assembléia Nacional Constituinte votar o capítulo da Organização do Estado.

O que o presidente não aceita, e se sente muito, é a atitude de certos grupos, em especial do PMDB, que agora o crucificam depois de se ter beneficiado amplamente da fase de sucesso do Plano Cruzado I e até impedido as correções, quando elas se faziam necessárias. Querem puni-lo e apresentá-lo como culpado de uma situação que tem muitos responsáveis. Se for essa a inspiração para as decisões sobre a antecipação das eleições presidenciais para 1988, não se insurgirá diante do que a Assembléia Nacional Constituinte determinar, mas estará preparado para dar o troco. Que não será pequeno. Sua idéia, conforme assessores de sua intimidade, será então de antecipar-se e propor a extinção de todos os mandatos. Se é para realizar eleições para presidente logo depois de promulgada a nova Constituição, por que não aproveitar e passar o País eleitoralmente a limpo? Extinguir-se-iam todos os mandatos, iniciando-se outros, de governador, deputado federal, senador, deputado estadual, prefeito e vereador. A busca de legitimidade e de credibilidade, junto às fontes, seria então feita de maneira ampla, geral e irrestrita. Quem ficasse contra dificilmente encontraria razões jurídicas e institucionais superiores à razão política maior, da renovação completa. Essa tese, aliás, já se desenvolve em muitos círculos parlamentares. Com o apoio, o endosso e até a iniciativa de Sarney em seu favor, tornar-se-ia irreversível. A Assembléia Nacional Constituinte não teria como evitá-la, apesar dos traumas e dos prejuízos pessoais que causaria. Registre-se, também, que diante de uma hipótese assim, o PMDB sairia mais do que arranhado. Ganhou em novembro de 1986, mas ganharia em abril de 1988?

Se é briga e confronto que certos grupos peemedebistas querem, o presidente da República parece estar se dispondo a aceitá-los, mostrando desde já a munição de que dispõe. Não é decisão tomada. Mas sobre seus efeitos é que o Palácio do Planalto espera venham a meditar os setores mais radicalizados do PMDB e de outros partidos.

Carlos Chagas